MÓDULO
JEAN MONNET
FECAP (2025-2028)

Set./Out. 2026

POLICY BRIEF

GRUPO DE TRABALHO 1
UNIÃO EUROPEIA & DESAFIOS DA ORDEM GLOBAL

Os desafios de segurança da União Europeia no Golfo

ORGANIZAÇÃO GERAL
Isabela Agostinelli dos Santos

SUPERVISÃO E REVISÃO
Isabela Agostinelli dos Santos
Midiã Conceição Cavalcante Silva
Rúbia Marcussi Pontes

MÓDULO JEAN MONNET | FECAP
EU-BRA

Cofinanciado pela
União Europeia

MÓDULO JEAN MONNET
FECAP (2025-2028)

Coordenadora Acadêmica: Isabela Agostinelli dos Santos (FECAP)

CORPO DOCENTE E GRUPOS DE TRABALHO (GTS)

GT1: Desafios da União Europeia e da Ordem Global
Coordenadora: Isabela Agostinelli dos Santos (FECAP)

GT2: Democracia e Justiça Internacional
Coordenação: Rafael Abrão (PUC-SP)

GT3: Deslocamentos e Direitos Humanos
Coordenadora: Cláudia Marconi (FECAP; PUC-SP)

GT4: Economia Política Internacional e Multilateralismo
Coord.: Laerte Apolinário Júnior (PUC-SP; FAAP)

GT5: Sustentabilidade e Crise Climática
Coordenadora: Helena Margarido Moreira (FECAP)

FICHA TÉCNICA

Número do projeto: 101238124
Nome do projeto: Parceria Estratégica UE-Brasil 3.0: Navegando no Desafios da Ordem Mundial por meio da Democracia, Sustentabilidade e Multilateralismo
Sigla do projeto: EUBRASTRAPART3.0
Edital: ERASMUS-JMO-2025-HEI-TCH-RSCH
Órgão financiador: European Education and Culture Executive Agency
Duração do projeto: 36 meses
Financiamento: 35.000 EUR

Design e diagramação: Maria Gabriela de O. Vieira

"O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas"

AUTORIA

Isabela Agostinelli dos Santos
Professora de Relações Internacionais na FECAP.
Coordenadora Acadêmica do Módulo Jean Monnet Fecap (2025-2028).
Contato: isagostinellis@gmail.com

Midiã Conceição Cavalcante Silva
Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Contato: midia.cavalcante@ufpe.br

Rúbia Marcussi Pontes
Doutoranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Contato: rubiamarcussi@gmail.com

Giovanna Silva Dourado
Graduanda em Relações Internacionais pela FECAP.
Contato: giovannadourado354@gmail.com

João Vitor Pereira Teixeira
Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Contato: joaovitorpteixeira@outlook.com

Maria Eduarda Freitas Oquendo Garcia
Graduada em Relações Internacionais pela FECAP.
Contato: fduda0202@gmail.com

Maria Eduarda Pereira dos Santos
Graduada em Relações Internacionais pela FECAP.
Contato: meps.moura@gmail.com

Raphael Krykorka Cerqueira Cesar
Graduando em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP).
Contato: raphael.cesar@usp.br

Thaísa Messias da Silva Costa
Graduanda em Relações Internacionais pela FECAP.
Contato: amscostta@gmail.com

Victor Hugo Augusto de Souza
Graduado em Relações Internacionais pela FECAP.
Contato: augustodesouzavictorhugo@gmail.com

Sumário Executivo 5

1. **Introdução** 6
2. **A centralidade do Irã nas mais recentes tensões regionais** 8
   - 2.1 As relações entre a UE e Irã 8
   - 2.2 O acordo nuclear com o Irã 8
   - 2.3 A guerra no Irã e as reações da UE 9
3. **Entre a defesa dos direitos humanos e a busca por segurança energética** 11
   - 3.1 Emirados Árabes Unidos: possibilidades e limites das parcerias com a UE 11
   - 3.2 Kuwait: convergência securitária e divergência normativa 12
   - 3.3 Bahrein: aproximação institucional e tensões norma 13
4. **Da força saudita às pequenas potências: buscando equilíbrio no Golfo** 16
   - 4.1 A Arábia Saudita como hegemon regional 16
   - 4.2 Catar e o pragmatismo: a postura de uma "pequena potência influente" 17
   - 4.3 Entre potências: o Omã como mediador regional 18
5. **Conclusões e Recomendações** 20

MÓDULO JEAN MONNET | FECAP
EU-BRA

Cofinanciado pela
União Europeia

Sumário Executivo

- Em 28 de fevereiro de 2026, ataques coordenados pelos Estados Unidos (EUA) e Israel atingiram o Irã, abrindo uma nova frente de guerra no Oriente Médio, região já assolada por conflitos intensos desde a guerra em Gaza, iniciada em outubro de 2023. Além dos impactos humanitários, um desdobramento de destaque da guerra foi o controle mais restrito, por parte do Irã, do Estreito de Ormuz.

- Este *Policy Brief* tem como objetivo compreender como a guerra no Irã atingiu a União Europeia e como o bloco tem enfrentado os seus desafios de segurança no Golfo, tensionado entre a garantia de acesso a recursos energéticos, seus interesses comerciais e a defesa de direitos humanos e do direito internacional como componentes estruturais de seu poder normativo.

- O Irã assume a centralidade das tensões regionais em 2026 e inaugura uma estratégia de defesa centrada no controle do Estreito de Ormuz como instrumento de barganha internacional. Apesar dos esforços de cessar-fogo, a guerra continua, com ataques sistemáticos dos EUA e a expansão dos conflitos, por parte de Israel, para o Líbano.

- Os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) assumem posições distintas diante desta conjuntura. Emirados Árabes Unidos (EAU), Kuwait e Bahrein mantêm intactas suas alianças com os Estados Unidos e expõem a contradição central da política europeia: a solidariedade diante dos ataques iranianos a bases americanas sediadas nesses países e as condenações a execuções, revogações arbitrárias de cidadania e restrições às liberdades nessas monarquias. Por sua vez, Arábia Saudita, Catar e Omã buscam maior protagonismo regional e autonomia, apostando em mecanismos de mediação e arranjos próprios de segurança, afastando-se pragmaticamente - mas não totalmente - das supostas garantias de segurança dos EUA. Estes três países parecem compartilhar uma mudança de percepção quanto à ameaça, identificando que o centro da desestabilização seria Israel, não o Irã.

- A União Europeia deve reforçar mecanismos de cooperação que concatenem estabilidade regional e direitos humanos, assumir a multipolaridade como oportunidade de reduzir sua dependência em relação aos EUA, abandonar seus padrões duplos sobre violações do direito internacional, preservar o canal diplomático com o Irã em vez de engajar com as sanções e negociar temas estratégicos com os países do CCG sob condicionalidades aplicadas de forma não seletiva.

1. Introdução

Por Isabela Agostinelli dos Santos

O Oriente Médio é, mais uma vez, o epicentro de distúrbios globais. Quase três anos após o início da Guerra em Gaza, em 28 de fevereiro de 2026, uma nova guerra se instaurou na região, após os ataques coordenados dos Estados Unidos e de Israel ao Irã. Rapidamente, os impactos da guerra se escamotearam para as monarquias árabes vizinhas do Irã, que sediam bases militares americanas no Golfo, bem como para outras regiões do mundo, como a Europa.

A guerra iniciada pelos EUA e Israel resultou, até junho de 2026, em milhares de mortes: mais de 3.400 iranianos e 3.900 libaneses (devido à expansão dos ataques israelenses no Líbano, com a justificativa de combater o Hezbollah, parceiro do Irã). Ao todo, 60 israelenses e 18 soldados norte-americanos foram mortos e 600 feridos até o começo de setembro de 2026.

Na cobertura internacional da guerra, porém, o destaque é dado ao controle mais restrito, por parte do Irã, do Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 27% do comércio global de petróleo e 20% do gás natural liquefeito. Antes da guerra, passavam diariamente cerca de 100 navios pelo Estreito de Ormuz; com o controle mais rígido iraniano, esse número caiu para uma média de 7 navios por dia.

Apesar dos esforços de cessar-fogo, mediados pelo Paquistão, que prometiam o fim das hostilidades em junho de 2026, com a assinatura do memorando de entendimento, a guerra continua ativa, com contínuos ataques israelenses e estadunidenses ao Irã, ao Líbano e à Palestina, e repetidas retaliações iranianas a estes ataques.

A União Europeia (UE) foi atingida pela guerra, em especial pelos desdobramentos do controle de Ormuz. Já impactada pela guerra na Ucrânia e pela necessidade de diversificar as fontes energéticas - por conta das sanções impostas à Rússia, que encerrara as compras de gás deste país pelos europeus -, a UE se viu atingida pelo aumento do preço do gás natural, que chegou a dobrar. A guerra expôs, assim, os desafios de segurança da UE no Golfo. É evidente que a segurança energética é a que mais chama a atenção. Mas é preciso ressaltar que a guerra também coloca em escrutínio as supostas garantias de segurança dos EUA na região, cada vez mais contestadas e desafiadas pelo Irã e, agora, repensadas por alguns países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), como a Arábia Saudita e o Catar.

Diante desta conjuntura crítica, este *Policy Brief* tem como objetivo identificar e compreender como a guerra no Irã impactou, de distintas formas, a União Europeia, e como o bloco tem navegado os desafios de sua segurança no Golfo a partir de diversas estratégias - desde repensar a centralidade dos direitos humanos no seu poder normativo até a aproximação estratégica com monarquias árabes do Golfo que são objeto de acusação de violações de direitos humanos de seus cidadãos e seus trabalhadores migrantes.

Para avaliar em detalhes os desdobramentos da guerra do Irã na UE, o *Policy Brief* se organiza em quatro seções, além desta Introdução. A seção 2, mais histórica, retrata as relações da UE com o Irã e a centralidade do país persa nas mais recentes tensões regionais. A seção 3 analisa a posição da UE em relação aos Emirados Árabes Unidos (EAU), ao Kuwait e ao Bahrein, países que mantiveram suas alianças com os Estados Unidos praticamente intactas e, à exceção do Kuwait, possuem relações normalizadas com Israel. Esses três países árabes expõem as contradições enfrentadas pela UE entre a defesa dos direitos humanos e a busca por segurança energética. A seção 4 se debruça sobre os casos da Arábia Saudita, do Catar e de Omã, países que buscam cada vez mais protagonismo regional e compartilham visões semelhantes de equilíbrio regional. Em particular, a posição desses três países aponta para uma mudança de percepção de ameaça:

uma que compreende que o centro da desestabilização regional não é o Irã, e sim Israel. Por fim, a seção 5 tece algumas considerações finais e esboça recomendações para a UE, diante das mudanças na ordem regional vinculadas às relações de poder e às distintas percepções de ameaça que emergem desta conjuntura.

2. A centralidade do Irã nas mais recentes tensões regionais

2.1 As relações entre a UE e Irã

Por Rúbia Marcussi Pontes e
Raphael Krykorka Cerqueira Cesar

A UE não mantém relações diplomáticas formais com a República Islâmica do Irã, fundada em 1979 após a revolução iraniana. Entretanto, com a Declaração Conjunta de 2016, a UE reiterou a intenção de desenvolver uma ampla agenda de cooperação bilateral, baseada no respeito e nos interesses mútuos. Essa Declaração destacou, em particular, o Plano de Ação Conjunto Global (*Joint Comprehensive Plan of Action*, JCPOA), de 16 de janeiro de 2016, como uma nova fase nas relações entre a UE e o Irã. Mas vale destacar que, mesmo sem relações diplomáticas formais estabelecidas, o bloco europeu mantém relações comerciais com o Irã: o comércio total de bens totalizou 3,7 bilhões de euros em 2025, com exportações europeias no montante de 3 bilhões de euros.

Como pontuado por Ellie Geranmayeh (2015), a UE não pode se distanciar completamente do Irã, sobretudo devido à importância geoestratégica desse país, que influencia diretamente outros Estados vizinhos, como o Afeganistão, o Iraque, o Líbano, a Síria e o Iêmen. Ademais, o Irã está envolvido em praticamente todas as crises na região do Oriente Médio e está geograficamente situado entre diversas rotas de acesso ao suprimento energético europeu, como o Estreito de Ormuz.

Contudo, nos últimos anos, as relações entre o bloco e o Irã foram significativamente afetadas por uma série de acontecimentos, entre os quais os limites à implementação do JCPOA, o apoio militar do Irã à Rússia na guerra na Ucrânia e a crescente deterioração da situação dos direitos humanos no país. Assim, desde as Conclusões do Conselho da UE sobre o Irã, de dezembro de 2022, a UE tem adotado uma abordagem abrangente, mobilizando instrumentos coercitivos no trato com o país. Nesse sentido, destaca-se a crescente imposição de sanções pela UE. Devido à repressão e às graves violações dos direitos humanos no Irã, foram introduzidas, desde 2011, diversas restrições de viagem, bem como o congelamento de bens de indivíduos considerados cúmplices ou responsáveis por atos como prisões arbitrárias, tortura, execuções e a aplicação indiscriminada da pena de morte, sobretudo em relação a manifestantes pacíficos, jornalistas e estudantes, entre outros. Sob esse regime, 269 indivíduos e 53 entidades iranianas foram sancionados pela UE até agosto de 2026.

Mais recentemente, o bloco adotou novas sanções contra indivíduos e entidades iranianas, tendo em vista seus papéis no desenvolvimento e no fornecimento de drones à Rússia, que os emprega na guerra na Ucrânia, bem como pelo apoio militar iraniano a grupos não estatais armados no Oriente Médio e na região do Mar Vermelho - embora esses grupos não sejam nominalmente citados. Sob esse regime, 22 indivíduos e 27 entidades iranianas foram sancionados até agosto de 2026.

A questão nuclear ocupa um lugar de destaque entre as sanções aplicadas pela UE ao Irã, como demonstram as Conclusões do Conselho Europeu de 26 de junho de 2025. No documento, a UE explicitou sua determinação de não permitir que o Irã desenvolva ou adquira armas nucleares, uma vez que, segundo o bloco, o programa nuclear iraniano não tem finalidade civil crível, conforme documentado em relatórios da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e aumenta os riscos de proliferação nuclear.

2.2 O acordo nuclear com o Irã

Em julho de 2015, foi anunciado um histórico acordo nuclear com o Irã, o chamado Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA). O acordo foi negociado entre diversos atores, entre os quais o Irã, a UE e os cinco membros permanentes

do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), ou seja, os EUA, a França, o Reino Unido, a China e a Rússia, em conjunto com a Alemanha, no chamado P5+1.

O Irã aderiu ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) em 1968 e o ratificou em 1970, o que implicava que o país não desenvolveria armas nucleares de destruição em massa. Contudo, desde a revolução iraniana de 1979, o país desenvolveu, em segredo, um programa nuclear cada vez mais ambicioso. Assim, nos anos 2010, o P5+1 e a UE temiam que, sem um acordo, o Irã conseguiria, de fato, enriquecer urânio rapidamente para fins não civis, ou seja, produzir material nuclear suficiente para uma arma nuclear, o que afetaria o equilíbrio de poder regional e global.

Para evitar tal cenário, essas nações aproveitaram a eleição de Hassan Rouhani, de orientação ideológica considerada pela UE mais moderada, como presidente do Irã em 2013, para negociar um acordo, de modo a garantir que o Irã desmantelasse grande parte do seu programa nuclear e abrisse suas instalações a inspeções internacionais por parte de atores como a AIEA. Em troca, esses países aliviariam as sanções impostas ao Irã e as suspenderiam por completo até 2025, ou seja, dez anos após a conclusão do acordo.

O JCPOA começou a ser implementado em 16 de janeiro de 2016, data em que a UE suspendeu todas as sanções econômicas e financeiras relacionadas ao programa nuclear iraniano – embora tenha mantido algumas restrições à transferência de bens considerados sensíveis à proliferação nuclear, como armas e mísseis balísticos. A próxima etapa importante na implementação do acordo estava prevista para 2023, quando as demais sanções da UE seriam levantadas.

A eficácia do acordo foi posta em xeque quando Donald Trump, eleito presidente dos EUA em 2016, anunciou, em 2018, a saída unilateral do país do JCPOA, afirmando tratar-se de um dos piores e mais desequilibrados acordos já negociados pelos EUA – uma declaração ecoada por Israel desde o início das negociações com o Irã. A partir desse anúncio, os EUA reimpuseram uma série de sanções ao Irã, que qualificaram como "campanha de pressão máxima", o que contribuiu para uma grave crise econômica no país nos anos seguintes.

A UE não seguiu o mesmo caminho e manteve seus compromissos após a saída dos EUA do JCPOA. Mas a posição europeia mudou em 2023, quando as sanções restantes deveriam ter sido suspensas. Diante da retomada do programa nuclear iraniano em 2019, o bloco anunciou que novas sanções seriam aplicadas em outubro de 2023 e, novamente, em setembro de 2025. Desde então, a situação se deteriorou, principalmente com a escalada da guerra em Gaza a partir de outubro de 2023 e do conflito Israel-Irã a partir de 2024. Nesse contexto, Trump, que retornou à presidência dos EUA em janeiro de 2025, mantém o apoio estadunidense a Israel na atual guerra contra o Irã, iniciada em fevereiro de 2026.

2.3 A guerra no Irã e as reações da UE

Em 28 de fevereiro de 2026, os EUA e Israel iniciaram uma ofensiva contra o Irã. Um dos primeiros locais bombardeados foi a escola primária Shajareh Tayyebeh, em Minab, o que resultou na morte de pelo menos 156 pessoas, entre elas 120 crianças e uma mulher grávida. A escola estava localizada próxima a um complexo do Corpo de Guardiões da Revolução Islâmica (Islamic Revolutionary Guard Corps, IRGC), que também foi atingido várias vezes.

Nesse mesmo dia, os bombardeios dos EUA e de Israel contra o Irã levaram à morte do aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do país, e de outros integrantes da alta cúpula de segurança. A guerra escalou nas semanas seguintes, com o Irã retaliando com ataques a bases estadunidenses na região e em países vizinhos. O Irã também decidiu controlar mais restritamente o acesso ao Estreito de Ormuz, o que afetou o fornecimento de petróleo e a segurança energética e alimentar de diversas nações.

Apesar de ter diminuído sua dependência energética externa nos últimos anos, a UE ainda importa petróleo e gás natural que passam pelo Estreito de Ormuz, pelo qual, em tempos de relativa paz, circulam cerca de 20%

do petróleo e do gás natural liquefeito globais. Com o controle iraniano mais restrito, tais recursos foram encarecidos a ponto do preço do gás natural dobrar no continente europeu.

A resposta inicial da UE ao conflito entre os EUA, Israel e o Irã, como descrita pelo diretor do EU Institute for Security Studies, Steve Everts, foi marcada por choque, ceticismo e pelo retorno ao debate sobre os princípios que deveriam orientar a ação europeia nessa nova conjuntura. Mas, em 1 de março de 2026, os 27 ministros das Relações Exteriores da UE, reunidos por iniciativa da Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Kaja Kallas, marcaram posição e demandaram a desescalada do conflito.

Aparentemente, o bloco não fora consultado por Trump, que esperava usar bases espanholas para alocar suas tropas – o que foi negado pelo primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez, que afirmou que o país não desejava participar de "guerras ilegais". Semanas depois, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, seguiu uma linha semelhante, ao negar que forças dos EUA recorressem a uma base militar no sul do país. Trump, por sua vez, criticou veementemente a posição europeia em diversas ocasiões.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a UE também endureceu as sanções aplicadas ao regime iraniano desde antes do conflito com os EUA e Israel. Ainda em 19 de fevereiro, por exemplo, o Conselho Europeu designou o IRGC como organização terrorista, decisão que congelou seus ativos na UE. Posteriormente, com a escalada das tensões em Ormuz, o Conselho ampliou o regime de sanções originalmente voltado ao apoio militar iraniano à guerra da Rússia contra a Ucrânia, que passou a atingir, a partir de 22 de maio, indivíduos e entidades envolvidos nas ações do Irã contra a liberdade de navegação no Estreito, acarretando um novo pacote de sanções em 8 de junho.

Em 8 de abril, foi anunciado um cessar-fogo entre o Irã, os EUA e Israel. Por meio de uma declaração conjunta, líderes europeus, entre os quais Alemanha, França, Espanha, Itália e Reino Unido, saudaram o cessar-fogo e pediram "avanços rápidos rumo a um acordo negociado substantivo, crucial para proteger a população civil do Irã (...) e evitar uma grave crise energética global". Entretanto, as hostilidades foram retomadas dois meses depois, sem previsão de resolução a curto prazo.

3. Entre a defesa dos direitos humanos e a busca por segurança energética

3.1 Emirados Árabes Unidos: possibilidades e limites das parcerias com a UE

Por Victor Hugo Augusto de Souza

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) e a UE possuem um histórico formal de diálogo desde 1989, quando o CCG e a UE formalizaram um acordo de cooperação voltado para relações econômicas, mudança climática, energia e pesquisa. As relações entre os atores se desenvolveram de forma coletiva pelas décadas seguintes, até se tornarem uma parceria mais ampla a partir de 2018, quando o Acordo de Cooperação entre UE e EAU foi assinado, criando as bases para consultas regulares e encontros de entidades governamentais emiradenses e membros da organização europeia.

Apesar dos avanços, a relação UE-EAU está longe de ser uma parceria plena. Os EAU são vistos pelos países europeus como um dos destinos de lavagem de dinheiro e um porto seguro para criminosos que fogem das jurisdições europeias e norte-americanas e se aproveitam do setor financeiro de Dubai para escapar das autoridades. Há estudos que apontam que os EAU desempenharam um papel significativo na facilitação da evasão de sanções impostas pela UE e seus parceiros, especialmente contra a Rússia desde a guerra na Ucrânia, minando diretamente os interesses do bloco em uma de suas principais prioridades de política externa. O conflito na Ucrânia, por exemplo, transformou os EAU em um "porto seguro" para a fuga de capitais e a reconfiguração da diáspora russa.

Além das questões financeiras, houve o caso das acusações enviadas de forma anônima à ONU, nas quais os EAU são apontados como fornecedores de armas a atores armados não estatais no Sudão[1], e em outros conflitos ainda mais antigos, como a guerra civil da Líbia[2], o que frequentemente entra em conflito com a posição diplomática e os interesses da UE, contribuindo para a instabilidade regional.

Apesar das controvérsias, os Emirados ainda são vistos como um importante parceiro estratégico na região pelos europeus. Em 2025, a UE e os EAU iniciaramas negociações para um Acordo de Livre Comércio, assim como um Acordo de Parceria Estratégica. Parte das possíveis razões para a valorização dos EAU como parceiro estratégico é o seu papel como um dos países que lideram o avanço dos Acordos de Abraão e a normalização das relações entre países árabes e Israel. A adesão dos emiradenses ao Acordo permitiu um poder de barganha para suas políticas externas, como no caso do financiamento de forças no Sudão e no Iêmen, que se tornou um dos campos de disputa entre os EAU e a Arábia Saudita.

A influência emiradense derivada dos Acordos de Abraão, no entanto, tem se expandido para atrair outros Estados Árabes a adotarem uma postura semelhante. O Kuwait, que historicamente é um dos países do CCG que apresentaram resistência à normalização das relações com Israel em defesa da causa Palestina, passou por uma mudança muito mais alinhada com os EAU do que com os sauditas. A ascensão do Emir Mishal Al-Ahmad Al-Sabah ao final de 2023 marcou o ponto dessa mudança, sendo ele o responsável por uma campanha de desnaturalização de cidadãos de ascendência palestina. Outro ponto que acabou levando o Kuwait a adotar essa postura foram os ataques iranianos repetidos no território em março de 2026, o que pressionou o país a

[1] Os EAU são investigados por apoiarem as Forças de Apoio Rápido (RSF) no Sudão, até mesmo no período anterior ao início da guerra civil, em abril de 2023. As RSF participaram ativamente na guerra do Iêmen ao lado da coalizão liderada pela Arábia Saudita, da qual os EAU faziam parte inicialmente, o que pode ser entendido como o começo dessa relação.

[2] Nesse caso, os EAU são investigados de apoiar as Forças Armadas Árabes da Líbia (LAAF) do marechal Khalifa Haftar na Líbia desde 2014, quando os EAU começaram a fornecer apoio financeiro as LAAF, violando o embargo de armas da ONU imposto ao país desde 2011.

buscar fortalecer seus laços com os EAU. De certo modo, essa mudança fortalece uma ideia dos EAU como uma alternativa aos sauditas como liderança regional, evidenciando o aumento da rivalidade entre os dois países.

Embora a Arábia Saudita e os EAU tenham tido, há um certo tempo, uma tensão em suas relações, 2017 marca um ponto alto de sua cooperação e o começo de suas disputas se torna visível. Este é um ano marcado pelo bloqueio ao Catar, por iniciativa dos EAU e com o apoio dos sauditas. Apesar disso, a reconciliação foi feita pelos sauditas em 2021, apesar das críticas dos emiradenses. 2017 também marcou as divergências de ambos os países na intervenção militar no Iêmen.

Essa competição tem impacto direto sobre os governos europeus, que mantêm interesses estratégicos em ambos os países. Para a UE, o problema tem duas principais frentes: evitar que sua influência diminua nos países que sofrem com a disputa entre os países árabes; e manter um equilíbrio em suas relações tanto com a Arábia Saudita quanto com os EAU.

Um ponto de destaque da posição dos EAU na ordem regional é a sua saída da OPEP, anunciada em abril de 2026 e efetivada em 1º de maio. A decisão foi a culminação de uma divergência de longa data entre os interesses nacionais dos EAU e os interesses do grupo e sua versão expandida, a OPEP+[3]. Parte dessa divergência reside no fato de que a economia do país está mais ligada ao crescimento econômico mundial do que ao aumento do preço do petróleo, o que tornava as cotas de produção um entrave ao seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o medo de uma retaliação por parte da Arábia Saudita, como ocorreu quando os sauditas derrubaram o preço do petróleo após a oposição da Rússia a decisões da OPEP, impediu os EAU de dar esse passo. Contudo, o momento atual e os desafios econômicos permitiram que os Emirados fizessem sua saída com menor risco de retaliação.

Para a UE, a saída da OPEP por parte dos EAU é benéfica, pois agora a UE possui um fornecedor de petróleo com produção independente. Ao mesmo tempo, é um sinal de alerta pelo afastamento dos Emirados em relação a organismos multilaterais, em razão de maior autonomia para acordos bilaterais. Também ocorre o aprofundamento da parceria dos EAU com a Índia e a participação ativa no Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa (IMEC), demonstrando que os EAU estão construindo uma diversificação ampla de parcerias.

Assim, as oportunidades que a UE encontra com os EAU apresentam pontos de vantagem, ainda que venham carregadas de contradições pelo envolvimento do país em esquemas financeiros ilícitos e em parcerias com a Rússia. Para a UE, é preciso tomar decisões que ajudem a equilibrar os seus valores com as vantagens de aprofundar as relações com os EAU.

3.2 Kuwait: convergência securitária e divergência normativa

Por João Vitor Pereira Teixeira

Cercado por potências regionais mais poderosas, o Kuwait construiu, ao longo de décadas, uma cultura diplomática assentada na neutralidade positiva, na mediação e no *hedging*, entendido como o equilíbrio das relações com potências rivais, evitando alinhamentos permanentes, a fim de reduzir sua vulnerabilidade estratégica. Essa postura decorre, dentre outros fatores, do trauma da invasão iraquiana de 1990[4], que consolidou, na elite política kuwaitiana, a percepção de que a sobrevivência do país depende menos de capacidade militar e mais da construção de credibilidade diplomática e de redes de apoio internacional.

[3] A OPEP+ foi fundada em 2016 visando controlar a produção e o equilíbrio do mercado de petróleo. Além dos 12 países membros da OPEP, a aliança inclui 10 outras nações que são grandes produtoras de petróleo: Azerbaijão, Bahrein, Brunei, Cazaquistão, Malásia, México, Omã, Rússia, Sudão e Sudão do Sul.

[4] Em 2 de agosto de 1990, o Iraque, comandado por Saddam Hussein, invadiu e ocupou o Kuwait, dando início a Guerra do Golfo (1990-1991). Com o início do conflito, os Estados Unidos enviaram tropas para o Golfo em conjunto com uma coalizão internacional, que contou com a participação de países como Reino Unido e França. A guerra acabou com a derrota do Iraque e a desocupação do Kuwait.

Salameh e Alotaibi (2025) usam a literatura sobre pequenos Estados para sustentar que atores como o Kuwait compensam sua limitada capacidade material por meio de diplomacia de nicho, do poder brando (*soft power*) e engajamento multilateral. Desde os anos 1960, quando mediou a disputa entre Egito e Arábia Saudita durante a Guerra Civil do Iêmen, o país cultivou a tradição de ator neutro em conflitos intra-árabes, papel exercido de modo mais visível na crise do Golfo de 2017. Sem aderir ao bloqueio imposto ao Catar, o Emir Sabah Al-Ahmad Al-Jaber Al-Sabah realizou mais de dez visitas de alto nível entre os Estados CCG, contribuindo para o desfecho representado pela Declaração de Al-Ula, de 2021. Essa atuação, no entanto, é limitada, uma vez que o Kuwait mantém canais de diálogo abertos, mas raramente dispõe de capacidade coercitiva para impor soluções. Isso torna o país dependente da convergência de fatores geopolíticos mais amplos que fogem ao seu controle.

Essa lógica de neutralidade, diversificação e busca de legitimidade internacional ajuda a explicar as relações entre o Kuwait e a União Europeia, marcadas por convergências e divergências. O país foi o primeiro do Golfo a assinar, em julho de 2016, um Acordo de Cooperação com o Serviço Europeu de Ação Externa, criando uma plataforma de consultas políticas regulares sobre segurança, energia e contraterrorismo. No plano econômico, os países mantêm uma relação forte, com a UE sendo o segundo principal parceiro econômico do Kuwait. A cooperação econômica entre as duas partes ocorre em áreas como a transição energética, como no Fórum UE-Kuwait de Transição Verde, realizado em fevereiro de 2026, no qual se discutiu a meta kuwaitiana de neutralidade de carbono até 2060, baseada na experiência europeia do Green Deal. O evento também contou com declarações da embaixadora da UE no Kuwait, Anne Koistinen, sobre o interesse do bloco em negociar um acordo de parceria estratégica bilateral com o país.

Um dos pontos mais expressivos de convergência recente está na segurança regional. Em nota de 29 de maio de 2026, o porta-voz do Serviço Europeu de Ação Externa condenou o mais recente ataque do Irã ao Kuwait e a violação de sua soberania segundo o Direito Internacional, reiterando plena solidariedade com o Governo e o povo do Kuwait, e exigindo o cumprimento da Resolução 2817 do Conselho de Segurança da ONU. O gesto foi reforçado por outros atores do bloco: a Alta Representante Kaja Kallas telefonou ao chanceler kuwaitiano reafirmando a condenação da agressão iraniana, enquanto o Representante Especial da UE para o Golfo, Luigi Di Maio, garantiu o apoio do bloco e expressou solidariedade ao país. Di Maio também elogiou o papel dos sistemas de defesa aérea do Kuwait, que protegeram, segundo ele, mais de cinco mil cidadãos europeus residentes no país. O presidente do Conselho Europeu, António Costa, também expressou sua solidariedade ao Kuwait em uma ligação telefônica com o Príncipe Herdeiro do país.

Se a segurança regional apresenta certa convergência, os direitos humanos expõem as tensões mais destacadas da relação com a UE. O relatório da UE sobre direitos humanos e democracia no mundo registra a execução de seis homens em setembro de 2024, a revogação da cidadania de milhares de pessoas, majoritariamente mulheres, e a dissolução do Parlamento com a suspensão de elementos da Constituição de 1962 por decreto, em maio daquele ano. A preocupação com a aplicação da pena de morte se manteve, e o Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) se pronunciou sobre o tema em 3 ocasiões ao longo de 2025 e 2026, lamentando as execuções e o aumento do uso da pena capital no país, reiterando a oposição do bloco em todos os casos e sob quaisquer circunstâncias.

3.3 Bahrein: aproximação institucional e tensões normativas

Por Maria Eduarda Freitas Oquendo Garcia

As relações entre a UE e o Bahrein estão inseridas no marco da cooperação entre a UE e o CCG. Em nível bilateral, o EEAS e o Ministério das Relações Exteriores do Bahrein assinaram, em 10 de fevereiro de 2021, um Arranjo de Cooperação que estabeleceu um quadro institucional para o diálogo político e a cooperação em áreas como comércio, pesquisa

e inovação, energia limpa e renováveis. O acordo também incorporou os direitos humanos como parte da agenda bilateral.

A aproximação entre os dois atores foi aprofundada em julho de 2025, quando o Conselho da UE autorizou o início de negociações de Acordos de Parceria Estratégica (SPAs) individuais com os seis países do CCG. No caso do Bahrein, as negociações foram oficialmente lançadas em 13 de julho de 2026, durante o terceiro Fórum de Alto Nível sobre Segurança e Cooperação Regional, em Bruxelas. O acordo busca ampliar a cooperação bilateral em áreas políticas, econômicas e de segurança, incluindo a preservação da segurança marítima e da liberdade de navegação. A escolha do Bahrein como parceiro também está relacionada ao seu papel como presidente do CCG em 2026 e como membro não permanente do CSNU no período de 2026-2027.

No campo dos direitos humanos, a relação apresenta uma dimensão de diálogo e tensão. Em 11 de fevereiro de 2026, a UE e o Bahrein realizaram, em Bruxelas, o 9º Diálogo UE-Bahrein sobre Direitos Humanos, no qual foram discutidos temas como Estado de Direito, direito a um julgamento justo, pena de morte, liberdade de expressão, reunião e associação, combate ao tráfico de pessoas, direitos trabalhistas, direitos das mulheres, direitos das crianças e direitos humanos na era digital. A UE reconheceu avanços realizados pelo Bahrein e saudou o perdão concedido a mais de cinco mil presos em 2024 e 2025, mas também incentivou o país a alinhar suas políticas ao direito internacional dos direitos humanos, especialmente em relação a defensores de direitos humanos e às liberdades de expressão, reunião e associação, tendo em vista as eleições previstas para novembro de 2026.

Desde o início da guerra entre os Estados Unidos, Israel e o Irã, em 28 de fevereiro de 2026, o Bahrein vem sendo alvo de ataques iranianos com drones e mísseis. A situação tem importância estratégica porque o país abriga a 5ª Frota da Marinha dos Estados Unidos, tornando seu território parte da infraestrutura militar norte-americana no Golfo. Em junho, o Bahrein e o Kuwait foram novamente alvos de ataques contra infraestrutura civil. Em 3 de junho de 2026, o porta-voz da UE para Assuntos Exteriores e Política de Segurança, Anouar El Anouni, condenou os ataques contra os dois países, classificando-os como inaceitáveis e graves violações do direito internacional humanitário, além de defender a desescalada das tensões. Em 27 de junho, El Anouni voltou a condenar especificamente os ataques iranianos com drones contra o Bahrein e reafirmou a solidariedade da UE ao país.

A dimensão securitária do conflito também aproximou o Bahrein da Ucrânia. Em março de 2026, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky afirmou que havia conversado com lideranças do Bahrein, dos Emirados Árabes Unidos, do Catar, da Jordânia e do Kuwait sobre possíveis formas de cooperação para enfrentar os drones iranianos do tipo Shahed. A experiência ucraniana tornou-se relevante por conta dos anos de combate a ataques de drones russos, construídos com a mesma tecnologia iraniana, e da produção local de interceptadores de baixo custo. Essa aproximação foi aprofundada em 5 de maio de 2026, quando Zelensky realizou sua primeira visita oficial ao Bahrein, marcando a primeira reunião entre líderes dos dois países desde 2003. Durante o encontro com o rei Hamad bin Isa Al Khalifa, os dois governos discutiram cooperação em segurança e defesa, incluindo a proposta ucraniana de negociar um "Drone Deal", voltado ao compartilhamento de experiência e tecnologias relacionadas à defesa contra drones. O movimento demonstra como a guerra na Ucrânia passou a produzir conexões diretas com as dinâmicas de segurança do Golfo, permitindo ao Bahrein diversificar suas parcerias securitárias.

O aprofundamento dos contatos entre Bahrein e Ucrânia ocorre paralelamente à intensificação da cooperação entre Bahrein e UE, indicando que o país busca ampliar suas opções de parceria diante da deterioração do ambiente de segurança regional. Para a UE, esse cenário cria oportunidades para fortalecer sua presença política e econômica no Golfo, mas também evidencia os limites de sua atuação

securitária direta, uma vez que a União depende principalmente de instrumentos diplomáticos, econômicos e de cooperação para ampliar sua influência regional. Nesse sentido, o caso do Bahrein contribui para a compreensão de uma ordem internacional em processo de multipolarização, na qual os Estados do Golfo procuram diversificar suas relações e reduzir a dependência de um único parceiro estratégico.

Por fim, a relação entre a agenda estratégica e os direitos humanos permanece contraditória. Em 27 de abril de 2026, o Ministério do Interior do Bahrein revogou a nacionalidade de pelo menos 69 cidadãos, sob a acusação de simpatia com os ataques iranianos ao país. No início de maio, 13 organizações de direitos humanos publicaram um apelo conjunto dirigido à ONU, à UE e ao Reino Unido para pressionar o Bahrein a reverter a medida e a encerrar a prática de revogação arbitrária de cidadania. Entre as signatárias estavam a *MENA Rights Group*, a *Bahrain Forum for Human Rights*, a *CIVICUS*, o *Gulf Institute for Democracy and Human Rights*, o *Institute on Statelessness and Inclusion*, a *Nationality For All* e a *Salam for Democracy and Human Rights*. De maneira geral, esse caso evidencia a permanente tensão entre o aprofundamento da parceria estratégica da UE com o Bahrein e a defesa europeia dos direitos humanos como componente de sua política externa.

4. Da força saudita às pequenas potências: buscando equilíbrio no Golfo

4.1 A Arábia Saudita como hegemon regional

Por Thaísa Messias da Silva Costa

O conflito entre EUA, Israel e Irã expõe as disputas de poder que moldam a geopolítica do Oriente Médio e afetam diretamente a posição da Arábia Saudita como hegemon regional. A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita foi, por um certo tempo, um dos principais pilares de competição da região, gerando disputas por influência política, econômica, militar e ideológica. A competição se intensificou durante a década de 2010, após as revoltas árabes, mas chegou a diminuir após o acordo de normalização das relações mediado pela China, em março de 2023. Em geral, as tensões entre Arábia Saudita e Irã têm raízes na Revolução Iraniana de 1979, quando a derrubada do xá Mohammad Reza Pahlavi culminou no rompimento das relações entre Irã e EUA e estabeleceu uma República Islâmica com uma posição contrária à influência ocidental e às monarquias árabes do Golfo. A emergência desse novo regime alterou, assim, o equilíbrio de poder regional e levou a Arábia Saudita a reconhecer o Irã como um importante obstáculo à projeção de seus interesses no Golfo.

A Arábia Saudita figura como a maior economia do CCG e uma potência com capacidade de projeção externa. Em 2026, segundo o Ministério das Finanças da Arábia Saudita (MoF), o orçamento prevê receitas totais de 1,14 bilhão de riais, com gastos efetivos de 386,685 milhões apenas no primeiro trimestre. O setor militar aparece com a segunda maior alocação orçamentária, atrás apenas dos setores de saúde e de desenvolvimento social, o que reforça a centralidade da capacidade militar na estratégia de projeção de poder saudita.

Entretanto, os números também revelam vulnerabilidades estruturais que relativizam a imagem de um "hegemon autossuficiente".No primeiro trimestre de 2026, a receita total do governo saudita alcançou 261 bilhões de riais, dos quais 144,7 bilhões foram provenientes do setor petrolífero – aproximadamente 55% da arrecadação no período. Essa dependência estrutural é reconhecida pelo Saudi Vision 2030, que defende a diversificação da economia para reduzir a exposição do reino às oscilações do mercado de petróleo. O paradoxo é que, enquanto busca construir uma economia menos dependente dos hidrocarbonetos, a Arábia Saudita permanece condicionada às receitas petrolíferas para financiar a própria transição. Por isso, choques no setor energético, sobretudo no mercado petrolífero – como o fechamento do Estreito de Ormuz – ameaçam as finanças e a execução do plano de diversificação. Recursos econômicos já não parecem suficientes para projetar poder.

O fechamento do Estreito de Ormuz e a redução da presença militar dos EUA na crise resultaram na Arábia Saudita liderando um esforço diplomático para promover um acordo de não agressão com o Irã. O documento é inspirado nos Acordos de Helsinque de 1975, que consagraram princípios como igualdade soberana, renúncia ao uso da força, inviolabilidade das fronteiras e solução pacífica de controvérsias. Inclui ainda medidas de transparência militar para tornar os movimentos das tropas mais previsíveis e reduzir riscos. Porém, a nova versão excluiu os eixos relativos aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, o que reflete uma avaliação mais pragmática dos limites de um acordo dessa natureza em um contexto em que prevalece o princípio da não intervenção nos assuntos internos dos Estados.

A Arábia Saudita concentrou a iniciativa em três pilares: segurança e não agressão, cooperação econômica e mecanismos de monitoramento. A decisão revela a perspectiva de que o Golfo não tem alternativa senão esperar frente à crise, que pode falir os mercados antes dos exércitos em razão da

influência do Irã na região e do recuo dos EUA. Essa proposta de acordo, que incluiria a UE e os países do Golfo, mostra a autonomia que a Arábia Saudita busca construir e o reconhecimento de que sua liderança regional depende de arranjos institucionais. Ademais, o fato de o acordo ser proposto sem a participação dos EUA comunica a importância de que a hegemonia saudita não seja confundida com uma extensão dos interesses americanos no Oriente Médio.

Outra demonstração do aprofundamento da crise na região foi a ruptura entre a Arábia Saudita e os EAU em dezembro de 2025. O Conselho de Transição do Sul do Iêmen, uma facção política apoiada por ambos os países, lançou uma ofensiva que contrariou os interesses de Riad. Isso revela uma divergência política acentuada e excede o conflito iemenita. A ausência de uma convergência duradoura entre os Estados do Golfo cria, nesse contexto, um obstáculo adicional à consolidação da liderança saudita. Diante desse cenário, a UE emerge como alternativa estratégica, uma vez que tem trabalhado para fortalecer os laços com os países da região, atribuindo à Arábia Saudita uma posição central nesse processo. Em julho de 2025, a Comissão Europeia acolheu a medida do Conselho da UE para iniciar negócios com os países do CCG sobre Acordos de Parceria Estratégica, incluindo comércio, investimento, energia e segurança. O comércio bilateral UE-CCG alcançou 165,6 bilhões de euros em 2025.

Portanto, a Arábia Saudita parece reconhecer que suas capacidades militar e econômica, embora expressivas, podem não ser suficientes para sustentar sua posição como potência regional em um ambiente de crescentes incertezas. A crise no Estreito de Ormuz, as divergências com os EAU e o enfraquecimento da tradicional aliança com os EUA permitem afirmar que a projeção de influência dos sauditas depende, cada vez mais, da construção de acordos, alianças e mecanismos institucionais capazes de ampliar sua margem de manobra. A UE desponta como uma parceria estratégica relevante, não como substituta dos EUA, mas como oferta de previsibilidade em um momento de profundas transformações geopolíticas.

4.2 Catar e o pragmatismo: a postura de uma "pequena potência influente"

Por Maria Eduarda Pereira dos Santos

Segundo Mehran Kamrava, pequenos Estados ocupam, em muitos casos, uma posição secundária em análises de política internacional quando comparados a grandes potências, sendo assumido que sua importância pode ser traduzida somente por indicadores territoriais, populacionais ou bélicos. Por este motivo, tendem a ser vistos como atores de influência limitada nas relações internacionais. Contudo, as recentes transformações da ordem global têm levado formuladores de política externa a reavaliar essa premissa. Eles argumentam que a existência de qualidades distintas, como a ágil tomada de decisões, flexibilidade diplomática e a habilidade de criar coalizões a partir de um compartilhamento de interesses permitiria a esses Estados pequenos, segundo Si Liu, a "competir além de suas capacidades" (tradução livre de "*punch above their weight*").

Nesse sentido, a postura adotada pelo Catar serviria de exemplo. Trata-se de um país peninsular com território de 11 572 km², lar de aproximadamente 2 milhões de habitantes, dos quais apenas 300 mil são cidadãos. Apesar da "pequenez" territorial e populacional, o Catar foi capaz de aproveitar seus recursos naturais e estabelecer sua posição como exportador global de gás natural (GNL), de modo a projetar sua influência para além de suas fronteiras. Dada a falta de mão de obra nacional, que dificulta a manutenção de uma sólida base industrial-militar, a economia catari é impulsionada pela exploração e exportação de GNL.

A vantagem da exportação de GNL está em sua flexibilidade, visto que o transporte marítimo usado pelo Catar possibilita o desvio de oleodutos controlados por seus vizinhos regionais. Segundo o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS), até junho de 2026 o Catar detinha uma participação de cerca de 20% no mercado global de GNL, destinando grande parte de seus envios para clientes da Ásia (70%) e da Europa (20%). No caso

europeu, observa-se o fortalecimento de suas relações com o Catar quanto à agenda energética, pois o bloco se viu compelido a reduzir sua dependência das exportações de hidrocarbonetos russos[5]. Neste contexto, a UE passou a intensificar programas de diversificação dos seus fornecedores, o que elevou a posição do Catar como um parceiro estratégico.

A posição territorial do Catar é caracterizada pelo compartilhamento de fronteiras com a Arábia Saudita e pela proximidade física com o Irã, estando situado do outro lado do Golfo. A posição ocupada pelo Catar, entre dois reconhecidos rivais regionais, apesar da diminuição das hostilidades desde março de 2023, acarreta desafios de segurança nacional e tensões para com seus vizinhos locais, argumento corroborado por dificuldades econômicas e políticas geradas pelo conflito entre Irã e EUA-Israel. Podemos mencionar o bombardeamento, por meio de mísseis iranianos, da infraestrutura de Ras Laffan, em março de 2026, principal polo de produção e exportação de GNL do Catar.

Em virtude desses obstáculos e de sua parca estrutura bélica-militar, o Catar buscou uma alternativa para a defesa de seus interesses em meio à uma região volátil: a combinação de suas capacidades materiais com ferramentas de "*soft power*", que incluem ferramentas como mediação de conflitos, "*nation branding*" e a criação do Al Jazeera. Com isso, o país poderia compensar seus constrangimentos geográficos ao colocar-se como um agente influente, valendo-se de meios cooperativos e persuasivos para a concretização de suas pretensões e ocupando a posição de um "intermediário honesto" em negociações conflituosas.

Entre os exemplos dos esforços empreendidos pelo Catar estão a facilitação do acordo entre os EUA e o Talibã em 2020, a mediação de acordos variados quanto à troca de prisioneiros e reféns entre o Irã e os EUA ao longo do conflito iniciado em 2026. Ademais, o Catar representa um papel ativo no processo de negociações de um cessar-fogo em Gaza, acompanhando os arranjos empreendidos pelas partes, aproveitando-se de seu status como sede da liderança do Hamas para promover sua relevância em âmbito global e local.

Considerando as estratégias utilizadas pelo país, é possível afirmar a importância do Catar em áreas nas quais o bloco europeu apresenta uma influência diplomática limitada. No Afeganistão, o Catar serve como um local neutro para missões diplomáticas europeias, facilitando o diálogo entre o Talibã e as demais partes envolvidas em questões migratórias. A situação se repete quanto à região de Gaza, dado que o país é visto como um mediador confiável para as lideranças do Hamas, o que o possibilita negociar de forma mais direta a fim de assegurar a libertação de reféns europeus e coordenar ações humanitárias coletivas.

Em geral, infere-se que Estados pequenos são capazes de influenciar os rumos de eventos globais, a exemplo do Catar, que se vale de uma estratégia de "*smart power*" para assegurar sua relevância na arena internacional. A flexibilidade estratégica exibida por formuladores de política do Catar, em uma alternância entre a persuasão e o uso de sua força econômica que se baseia na análise criteriosa do contexto geopolítico atual, marcado por flutuações e oportunidades regionais e globais comprova a possibilidade de que Estados de menor porte configurem "pequenas potências influentes".

4.3 Entre potências: o Omã como mediador regional

Por Giovanna Silva Dourado

Localizado na região sudeste da Península Arábica, Omã desempenha um papel no Oriente Médio, versado em exercer uma ampla e diversa diplomacia entre nações, dessa forma participando ativamente na construção de acordos e resolução de conflitos. Um fator de destaque são as iniciativas comerciais, como a parceria para fornecimento energético com a Europa, uma forma de buscar alternativas para

[5] Estratégia empregada em conjunto à imposição de sanções econômicas à Rússia como resposta às violações cometidas por invadir o território ucraniano em fevereiro de 2022 e aos desdobramentos da guerra Rússia-Ucrânia.

garantir sua segurança energética em um contexto internacional de riscos e incertezas.

Um dos passos mais significativos, que reforçam a presença de Omã nas discussões atuais no cenário internacional, veio com a assinatura em 21 de julho de 2026 do acordo de estabelecimento de uma delegação da União Europeia (UE) em Mascate, capital de Omã. O acordo foi celebrado pela UE com declarações que enfatizavam o "acesso ao coração do comércio marítimo no Oriente Médio", a posição geopolítica de Omã e sua importância para a estabilidade regional. A parceria tem como objetivo aprofundar a cooperação em áreas como comércio, investimentos em defesa, segurança energética e atuação conjunta por meio da plataforma diplomática omani no Oriente Médio.

Diante dos conflitos mais recentes, iniciados em fevereiro de 2026 entre Irã, EUA e Israel, a tentativa de resolução por meio do Memorando de Entendimento de Islamabad foi uma iniciativa importante, mas envolve questões complexas, como o histórico conflituoso entre os atores signatários, que inclui as recentes acusações estadunidenses e israelenses de que o Irã estaria desenvolvendo armas nucleares. No memorando, que determina os 14 pontos preliminares, há a citação direta de Omã como um dos Estados responsáveis pela segurança do Estreito de Ormuz e lhe é atribuído um papel de interlocução junto ao Irã, evidenciando o reconhecimento internacional de sua capacidade de preservar canais de diálogo e de ter um contato positivo com ambas as partes do acordo.

A relação entre Omã e os Estados Unidos é histórica, sendo fortalecida por acordos de colaboração militar, usos da parceria diplomática omani e estadunidense como representação na região e o Acordo de Livre Comércio de Omã, estabelecido em 2009. Por sua vez, a relação de Omã e Irã apresenta uma proximidade diplomática singular, o que difere das posturas estritamente pragmáticas ou conflituosas adotadas pelos outros Estados vizinhos do Golfo, como Arábia Saudita, EAU, Bahrein e Kuwait. Isso transforma o Omã em um elemento central regional e amplia as possibilidades na construção de relevância do país.

Apesar dos conflitos entre EUA e Irã gerarem impactos em todo o mundo, especialmente no que tange ao controle do Estreito de Ormuz, para Omã isso é ainda mais desafiador, visto que o país mantém relações sólidas com ambos os lados. Porém, por mais diplomático que se mostre, o país acaba sofrendo pressão, como foi o caso da ameaça direta de ataque por Donald Trump, em 27 de maio de 2026, declarada a jornalistas em uma reunião do gabinete. Outra ameaça aconteceu em agosto de 2026, em uma declaração de Trump à Fox News, na qual afirmou que, se Omã 'atrapalhasse' as negociações estadunidenses, seria bombardeado.

A estratégia omani revela uma união de aspectos geográficos positivos que o permite ter sob controle a costa sul do Estreito de Ormuz, uma passagem primordial para o escoamento de 20% do petróleo global, 25% do gás natural liquefeito (GNL) e uma grande parte da cadeia do comércio global. O país combina sua posição geopolítica territorial e as relações estabelecidas entre múltiplos Estados para expandir e otimizar suas capacidades. Com uma diplomacia ativa e de diversificados tópicos, tenta se manter distante de conflitos. Porém, sua maior estratégia, que seria a postura de optar pela neutralidade, também pode estar se transformando em um fator de risco, já que as relações entre EUA e Irã continuam hostis e têm impactado as relações de ambos com Omã. O país tem mantido a aposta em uma consolidação diplomática como um pilar nas resoluções de conflitos e participação na construção da estabilidade regional frente ao que parece ser uma reorganização da ordem internacional.

5. Conclusões e recomendações

Por Isabela Agostinelli dos Santos

A guerra no Irã extrapolou os limites regionais, mais característicos da guerra em Gaza desde outubro de 2023, e impactou de forma mais direta a União Europeia, sobretudo em relação à sua segurança energética. Neste cenário, a UE enfrenta um dilema já intensificado com a guerra na Ucrânia, a saber, a busca por conciliação entre a garantia de recursos energéticos, seus interesses comerciais e a defesa dos direitos humanos como parte expressiva de sua política externa e poder normativo.

A "volta da geopolítica" na Europa abre margem para reorganização das prioridades de política externa da UE, centrada agora em esforços de aproximação com países não democráticos e que são acusados de violar sistematicamente os direitos humanos de seus cidadãos e seus trabalhadores migrantes, como é o caso das monarquias árabes do Golfo que compõem o CCG. A assinatura dos Acordos de Parceria Estratégica bilaterais com os seis países do CCG, em julho de 2025, já apontava para essa aproximação, mais pragmática e menos normativa.

A descredibilidade dos EUA enquanto um parceiro confiável, não só no Golfo, mas na própria Europa também (vide o caso das ameaças de Trump de anexação da Groenlândia), é mais uma camada no processo de transição para uma ordem multipolar, na qual a Europa poderia ter mais margem de manobra para fazer valer seus interesses e difundir seus valores.

Diante das turbulências no Oriente Médio, e em concordância com a defesa dos direitos humanos em escala global, recomendamos à UE:

1. Reforçar mecanismos de cooperação regional que concatenem estabilidade e direitos humanos. A UE deve apoiar iniciativas regionais e endógenas de segurança coletiva, ao mesmo tempo em que deve condicionar seu engajamento na defesa dos direitos humanos de forma não seletiva, isto é, aplicando sua diretriz de política externa a todos os Estados da região.

2. Assumir a multipolaridade presente no Oriente Médio como oportunidade para reduzir sua dependência em relação aos Estados Unidos, sobretudo em um contexto de erosão da credibilidade e da confiabilidade do país como parceiro. A UE deve direcionar seus esforços de autonomia estratégica em defesa, energia e diplomacia sendo protagonista, e não se submetendo aos interesses particulares dos EUA.

3. Recusar a estratégia de isolamento e sanções econômicas intensas ao Irã e preservar o canal diplomático. A experiência do acordo nuclear assinado em 2015 revela que as sanções não contiveram o avanço do programa nuclear, não levaram à mudança de regime e só contribuíram para o sofrimento generalizado dos cidadãos comuns, diante do agravamento da crise econômica. Em vez de insistir nas sanções econômicas como instrumento de pressão, a UE deve abrir mais espaço para negociação, utilizando a influência de países como Omã e Catar como mediadores confiáveis.

4. Privilegiar, por enquanto, as negociações bilaterais com os países do CCG, diante de suas fragmentações internas e principalmente da ruptura entre Arábia Saudita e EAU. As negociações devem ser centradas em transição energética, cooperação técnica e diálogos políticos que vislumbrem uma nova arquitetura de segurança regional mais estável e menos hostil ao Irã. As parcerias devem, evidentemente, estar vinculadas a compromissos de direitos humanos e de respeito ao direito internacional, condicionalidades que também devem valer

igualmente para Israel e para os EUA.

5. Encerrar seu silenciamento seletivo e padrões duplos diante das violações do direito internacional. As ondas recentes de violência foram iniciadas por Israel e Estados Unidos, países que também são os responsáveis pelas violações dos acordos de cessar-fogo. Essas ações revelam que o centro da instabilidade regional, ao contrário dos discursos estadunidenses e israelenses, não é o Irã, mas sim os próprios EUA e Israel. Assim, a credibilidade da UE depende de aplicar o mesmo padrão de condenação, geralmente aplicado com fervor ao Irã, a esses dois países.